

No Congresso, ministro nega uso político de verba pública

Fernando Bezerra, titular da Integração Nacional, é acusado de favorecer Pernambuco, seu estado; ele rebateu as denúncias

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, disse no Congresso ser inocente das acusações publicadas pela imprensa. Em sessão que durou cerca de cinco horas nesta quinta, ele afirmou que Pernambuco, seu estado, recebeu mais verbas destinadas à prevenção de desastres naturais com base em pareceres técnicos. Bezerra negou que tenha indicado seu irmão para a presidência de empresa pública ligada ao ministério. **4**



Waldemir Barreto/Senado Federal

Diante de senadores e deputados federais, ministro Fernando Bezerra diz ser inocente da acusação de irregularidades na aplicação de verbas de sua pasta

Projeto garante reembolso de passagem aérea cancelada **3**



Sem regulamentação, empresas aéreas têm cobrado taxas e aplicado multas sobre o valor das passagens, o que tem dado motivo a recorrentes disputas judiciais

Proposta prevê que Amazônia tenha banda larga via satélite **3**

Após um ano, Senado já registra dez mudanças na sua composição

O Plenário do próximo dia 2 não será o mesmo de 2011. Três partidos (PMN, PPS e PSC) perderam suas bancadas e uma nova legenda (PSD) passa a compor a Casa. Senadores assumiram cargos no governo e em tribunais, assim como parlamentares antes declarados inelegíveis foram empossados. Mudanças alcançaram a Mesa do Senado. **2**

Internet do Senado se recupera de falha técnica

O site do Senado ficou inacessível da manhã até o fim da tarde desta quinta devido a problemas de energia. Para solução definitiva, haverá desligamento programado entre as 22h desta sexta-feira e as 12h de sábado, dia 14.

Parlamentares suecos se informam sobre economia do Brasil no Congresso

Visitantes demonstraram interesse por temas como estrutura tributária e investimentos em educação e infraestrutura. **3**



Deputada federal Romanna Remor e senador Valdir Raupp (da dir. para a esq.) recebem delegação da Suécia

Genildo Magela/Senado Federal

Dez mudanças alteram composição do Senado

Além da dança de três cadeiras decorrente de decisão do STF sobre a Lei da Ficha Limpa, três partidos perderam representação. PMDB e PT continuam com as maiores bancadas

A SESSÃO LEGISLATIVA que se inicia no próximo dia 2 deve ter dez mudanças na composição do Senado em relação à abertura dos trabalhos em fevereiro do ano passado.

O PR foi o partido que mais cresceu, ganhando três senadores, enquanto PMDB e PT perderam dois senadores cada um. Mesmo assim, o PMDB, com 18 senadores, e o PT, com 13, continuam tendo as maiores bancadas.

Três partidos representados em fevereiro passado — PMN, PPS e PSC — começam a nova sessão sem senadores. Já o PSD, criado em setembro, mantém os dois senadores que aderiram à legenda à época.

Três mudanças ocorreram em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a Lei da Ficha Limpa não poderia ter sido aplicada às eleições de 2010. Com isso, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), João Capiberibe (PSB-AP) e Jader Barbalho (PMDB-PA), considerados inicialmente inelegíveis, tomaram posse nas vagas, respectivamente, de Wilson Santiago (PMDB-PB), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Marinor Brito (PSOL-PA).

Ministros

Trocas em comandos de ministérios também tiveram impacto na composição do Senado. Enquanto Sérgio Souza (PMDB-PR) chegou em junho para substituir Gleisi Hoffmann (PT-PR), licenciada para assumir a chefia da Casa Civil, Alfredo Nascimento (PR-AM) retornou à Casa em julho depois de deixar o Ministério dos Transportes.

Já João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu licença do cargo em setembro para se tornar secretário de Pro-

jetos Especiais do governo do Maranhão. Ele foi substituído por Clovis Fecury (DEM-MA).

Marisa Serrano (PSDB-MS) também deixou o Senado para assumir outro cargo. Em junho, ela renunciou ao mandato que iria até 2015 para se tornar conselheira do tribunal de contas do seu estado. Antonio Russo (PR-MS) assumiu a vaga.

Outros dois senadores estão afastados temporariamente devido a licenças médicas. Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Eduardo Amorim (PSC-SE) saíram em dezembro e cederam suas vagas aos suplentes Ivonete Dantas (PMDB-RN) e Lauro Antônio (PR-SE).

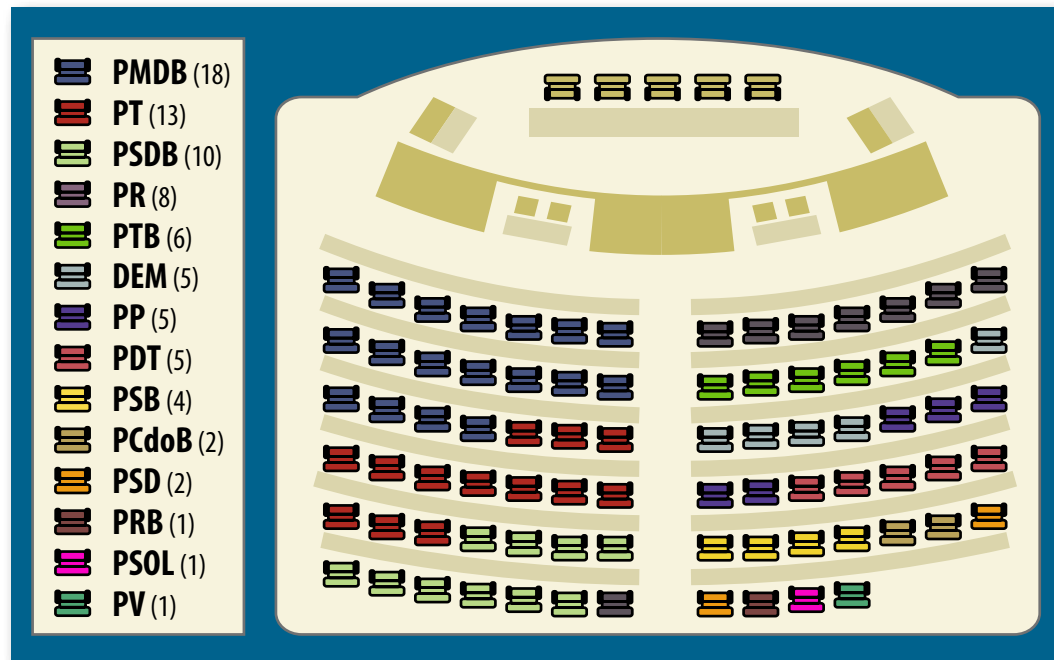
A morte do ex-presidente da República Itamar Franco, em julho, também alterou a distribuição partidária. Itamar, que era o único senador do PPS, foi substituído pelo suplente Zeze Perrella, do PDT.

Além dessas modificações, houve duas outras, já previstas desde o início do governo Dilma Rousseff. Reeitos em 2010 para o Senado, para mandatos até 2018, Edison Lobão (PMDB-MA) e Paulo Davim (PV) assumiram suas vagas.

As saídas de senadores mexeram, ainda, na composição da Mesa. Waldemir Moka (PMDB-MS) substituiu Wilson Santiago como 2º vice-presidente e Casildo Maldaner (PMDB-SC) foi escolhido para a vaga de suplente de secretário que era de Gilvam Borges.

Nova distribuição partidária

Em relação a 2011, PPS, PSC e PMN perderam seus representantes, enquanto o PSD, criado em setembro, conta com dois senadores. O partido que mais cresceu foi o PR



UF SENADORES

AC	Anibal Diniz (PT) • Jorge Viana (PT) • Sérgio Petecão (PSD)
AL	Benedito de Lira (PP) • Fernando Collor (PTB) • Renan Calheiros (PMDB)
AM	Alfredo Nascimento (PR) • Eduardo Braga (PMDB) • Vanessa Grazziotin (PCdoB)
AP	João Capiberibe (PSB) • José Sarney (PMDB) • Randolfe Rodrigues (PSOL)
BA	João Durval (PDT) • Lídice da Mata (PSB) • Walter Pinheiro (PT)
CE	Eunício Oliveira (PMDB) • Inácio Arruda (PCdoB) • José Pimentel (PT)
DF	Cristovam Buarque (PDT) • Gim Argello (PTB) • Rodrigo Rollemberg (PSB)
ES	Ana Rita (PT) • Magno Malta (PR) • Ricardo Ferraço (PMDB)
GO	Cyro Miranda (PSDB) • Demóstenes Torres (DEM) • Lúcia Vânia (PSDB)
MA	Clovis Fecury (DEM) • Eptácio Cafeteira (PTB) • Lobão Filho (PMDB)
MG	Aécio Neves (PSDB) • Clésio Andrade (PR) • Zeze Perrella (PDT)
MS	Antonio Russo (PR) • Delcídio do Amaral (PT) • Waldemir Moka (PMDB)
MT	Blairo Maggi (PR) • Jayme Campos (DEM) • Pedro Taques (PDT)
PA	Flexa Ribeiro (PSDB) • Jader Barbalho (PMDB) • Mário Couto (PSDB)
PB	Cássio Cunha Lima (PSDB) • Cícero Lucena (PSDB) • Vital do Rêgo (PMDB)
PE	Armando Monteiro (PTB) • Humberto Costa (PT) • Jarbas Vasconcelos (PMDB)
PI	Ciro Nogueira (PP) • João Vicente Claudino (PTB) • Wellington Dias (PT)
PR	Alvaro Dias (PSDB) • Roberto Requião (PMDB) • Sérgio Souza (PMDB)
RJ	Francisco Dornelles (PP) • Lindbergh Farias (PT) • Marcelo Crivella (PRB)
RN	Ivonete Dantas (PMDB) • José Agripino (DEM) • Paulo Davim (PV)
RO	Acir Gurgacz (PDT) • Ivo Cassol (PP) • Valdir Raupp (PMDB)
RR	Ângela Portela (PT) • Mozarildo Cavalcanti (PTB) • Romero Jucá (PMDB)
RS	Ana Amélia (PP) • Paulo Paim (PT) • Pedro Simon (PMDB)
SC	Casildo Maldaner (PMDB) • Luiz Henrique (PMDB) • Paulo Bauer (PSDB)
SE	Antonio Carlos Valadares (PSB) • Lauro Antônio (PR) • Maria do Carmo Alves (DEM)
SP	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) • Eduardo Suplicy (PT) • Marta Suplicy (PT)
TO	João Ribeiro (PR) • Kátia Abreu (PSD) • Vicentinho Alves (PR)

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Vinte parlamentares suecos visitaram o Congresso e buscaram informações sobre competitividade do Brasil, estrutura tributária e investimentos em educação e infraestrutura

Brasil e Suécia discutem futuro da economia

O FUTURO DA economia brasileira foi debatido hoje por parlamentares do Brasil e da Suécia. Comitativa de 20 parlamentares suecos — tendo à frente o deputado Tomas Tobé, presidente da Comissão de Relações de Trabalho — demonstrou interesse por temas como a competitividade do Brasil, a estrutura tributária e os investimentos do país em educação e infraestrutura. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ressaltou a transformação do país nos últimos anos e os desafios que estão à frente.

Como observou o parlamentar, que preside a Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Senado, o Brasil vive momento especial, por ser um dos poucos países que têm conseguido aliar crescimento econômico com redução das

desigualdades sociais e regionais. Ele alertou, porém, para o risco de a economia brasileira tornar-se demasiadamente dependente da exportação de *commodities* e do agronegócio.

— Apenas com investimentos em ciência, tecnologia e inovação vamos tornar a nossa economia mais competitiva. Nossa pauta de exportações está muito focada no agronegócio. A participação de produtos com alto percentual de conhecimento embutido tem diminuído nos últimos anos — afirmou o senador.

Tomas Tobé citou três desafios principais que o mundo enfrenta: retomada do crescimento econômico, mudança climática e inclusão de trabalhadores no mercado de trabalho. Diversos parlamentares suecos pediram aos colegas



Valdir Raupp (D) é ouvido pelo sueco Tomas Tobé ao falar sobre a Amazônia

brasileiros informações sobre temas como sistema tributário, qualidade da educação, formação de trabalhadores, investimentos em infraestrutura, proteção da Amazônia

e preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Valdir Raupp (PMDB-RO) observou que apenas 17% do território da Amazônia foram

desmatados até hoje. Ele pediu aos suecos que contribuam para o Fundo Amazônia, criado para financiar iniciativas de proteção à floresta.

Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou o comportamento do parlamento da Suécia no que diz respeito ao uso de recursos públicos. Ele ressaltou o papel do Plano Real como base para a recuperação da economia brasileira e chamou a atenção para a necessidade de nova rodada de “grandes reformas” que seriam capazes, a seu ver, de permitir um “novo salto de desenvolvimento”. Entre as reformas necessárias ao Brasil, Alvaro mencionou a tributária e a trabalhista.

Também participaram da reunião os deputados Mauro Benevides (PMDB-CE) e Romanna Remor (PMDB-SC).



Guichês de companhias em Brasília: se voo for cancelado, reembolso será total

Devolução de 95% do valor de bilhete aéreo cancelado

O passageiro que precisar cancelar ou alterar a data da viagem poderá ser reembolsado em até 95% do valor pago pelo bilhete aéreo. É o que propõe Pedro Taques (PDT-MT), segundo o qual, o reembolso integral só é garantido no caso de a empresa cancelar o serviço.

As altas multas cobradas pelas empresas para cancelamento da passagem ou remarcação da data por parte do passageiro estão levando a recorrentes disputas judiciais, o que justifica a regulamentação da matéria, argumenta o senador.

De acordo com o projeto (PLS 757/11), o passageiro terá direito ao reembolso de 95% do valor do bilhete



Ações judiciais recorrentes justificam regulamentação, diz Pedro Taques

se fizer o cancelamento do serviço com antecedência de cinco dias. Nos demais casos, a devolução será de 90%.

Taques se baseou em ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal e acolhida pela Justiça Federal do Pará, determinando às empresas aéreas que se

abstenham de cobrar tarifas superiores a 10% e 5%, conforme haja ou não tempo para renegociação das passagens em caso de desistência ou de alteração da data de viagem. Já houve caso de empresa cobrando mais de 80% do valor pago pela passagem, a título de taxas ou multa pelo cancelamento ou remarcação da data da viagem.

“Propomos a presente modificação para conceder uma garantia mínima ao consumidor que precisar cancelar a compra de um bilhete de passagem ou remarcar a data de sua viagem”, afirma Taques. A matéria será votada em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Vanessa quer que satélite leve internet de alta velocidade à Amazônia

Com o objetivo de ampliar os serviços de comunicação e disseminar a conexão de internet de alta velocidade no interior da Amazônia, a região poderá contar com satélite cujo desenvolvimento seria feito em parceria com países vizinhos.

É o que estabelece projeto (PLS 500/11) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que será votado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo a proposta, o Poder Executivo fica autorizado a desenvolver, lançar e operar satélite destinado a atender à região amazônica, com fins civis e militares.

O projeto já conta com parecer favorável da Comissão de

Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CI).

Desinteresse

A senadora diz que a baixa densidade populacional da Amazônia e os elevados custos para montagem de infraestrutura na floresta explicam



Vanessa Grazziotin, autora de projeto de lei que trata do novo satélite

o desinteresse das operadoras privadas em prover serviços com qualidade para os habitantes da região. Além disso, as grandes distâncias tornariam quase impossível implantar uma rede de fibras ópticas.

— No âmbito do Plano Na-

cional de Banda Larga, ainda não foram indicadas formas concretas de atender à região amazônica. E ainda há capitais de estado sem conexão de alta capacidade. Pretendo, assim, levantar novamente a discussão sobre a oportunidade e a

conveniência de o Estado voltar a investir adequadamente no programa espacial, com vistas a concluir o desenvolvimento e o lançamento de um satélite cuja exploração esteja nas mãos do próprio Estado — afirma Vanessa.



Floresta Amazônica: grandes distâncias dificultam instalação de fibras ópticas

Fernando Bezerra, titular da Integração Nacional, também afirmou que não indicou seu irmão para presidir empresa pública

No Congresso, ministro nega ter feito uso político de verbas públicas

O MINISTRO DA Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, negou nesta quinta as denúncias sobre favorecimento envolvendo recursos de sua pasta destinados à prevenção de catástrofes naturais.

Ele falou à Comissão Representativa do Congresso, à qual se apresentou espontaneamente, em antecipação a requerimentos de parlamentares pedindo sua convocação.

Dos R\$ 98 milhões empenhados pelo ministério em favor de Pernambuco, explicou o ministro, R\$ 70 milhões foram destinados à construção de cinco barragens na bacia dos rios Sirinhaém e Mundaú, como forma de evitar desastres de grandes proporções similares aos de 2010. Uma das



Ministro Fernando Bezerra presta esclarecimentos a senadores e deputados

acusações era suposto privilégio a seu estado de origem.

O repasse teve aprovação do Ministério do Planejamento, da Casa Civil e da Presidência da República. Ele explicou que não foram usados recursos do

PAC por não haver previsão na dotação do programa para o início das barragens. O governo de Pernambuco, então, solicitou que se usassem recursos da defesa civil, com amparo em decisão técnica.

O ministro disse que nunca indicou ou nomeou parente para a direção da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Segundo ele, seu irmão, Clementino Coelho, assumiu a direção da companhia devido à vacância do cargo.

O ministro foi deputado estadual, federal e constituinte, prefeito de Petrolina (PE) e secretário estadual em Pernambuco.

— Não há contas julgadas irregulares, nem no tribunal de contas do estado nem no da União. Não existe condenação [na Justiça] por improbidade ou ação criminal — afirmou, ressaltando que os questionamentos foram respondidos em 13 notas de esclarecimento.

Bezerra aponta ampliação de investimentos em prevenção

O ministro avaliou que o governo Dilma consolida e amplia os investimentos iniciados por Lula na defesa civil. Entre 2007 e 2011, foram firmadas operações e convênios com estados e municípios no valor de R\$ 10,4 bilhões.

O ministério prevê a seleção de projetos nas áreas de prevenção de acidentes naturais, com R\$ 5,2 bilhões. Fernando Bezerra ressaltou que o Plano Plurianual 2012–2015 reúne todas as ações de prevenção,

de diversos ministérios, em um único programa, que terá R\$ 11,5 bilhões no período.

O Orçamento 2011, segundo Bezerra, investiu R\$ 2,2 bilhões. O Sudeste ficou com 56% dos recursos, sendo que São Paulo ficou com 26% das verbas, seguido do Rio de Janeiro (18%) e Minas Gerais (11%). Segundo ele, Pernambuco ficou com 9%.

Dos valores totais para prevenção, a Integração Nacional tem 12%, disse o ministro.

Emendas parlamentares totalizaram R\$ 283 milhões

Em 2011, foram empenhados para a Integração Nacional R\$ 283 milhões de emendas parlamentares individuais, segundo o ministro, beneficiando o PMDB, seguido de PT, PSDB, DEM, PR, PP e outras siglas. As emendas foram apresentadas por 221 parlamentares, sendo que 138 obtiveram empenho, disse Bezerra. Outros 54 tiveram 100% das emendas empenhadas, e não só seu filho, o deputado Fernando Coelho (PSB-PE).

Dos R\$ 366 milhões para prevenção, disse o ministro, R\$ 106 milhões são de emendas parlamentares, mas ele ressaltou que o ministério não decide pelo empenhamento.

O ministro disse que parte dos recursos foi destinada à ampliação de centro de prevenção e que R\$ 219 milhões foram transferidos a estados e municípios em 2011, quando deram entrada na Integração Nacional mais de 3 mil propostas de prevenção.

Ministro defende nova política de defesa civil

O Brasil precisa aprimorar a política nacional de defesa civil como forma de evitar a ocorrência anual de acidentes naturais, agravados pelas mudanças climáticas e o aquecimento global.

A opinião foi manifestada pelo ministro Fernando

Bezerra na exposição que fez à Comissão Representativa do Congresso Nacional. Essa reivindicação também é feita pelos setores organizados da sociedade, pela imprensa e pelo próprio governo, disse ele.

Entre as ações mais urgentes apontadas pelo ministro, estão

os investimentos em drenagem urbana, a estabilização e contenção de encostas sujeitas a deslizamento, bem como o aprimoramento da capacidade de previsão da ocorrência de desastres naturais.

Também é preciso providenciar eficaz sistema de manejo

de águas pluviais; o controle de erosão marítima e fluvial; o mapeamento das áreas de risco; e a remoção criteriosa de moradias e populações que permanecem em locais sujeitos à ocorrência de desastres naturais, afirmou Fernando Bezerra.

Elogios e cobranças dos senadores

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou a postura do ministro Fernando Bezerra e a presença de tantos parlamentares na reunião, durante o recesso.

— Essa sessão foi um testemunho do prestígio e do trabalho do ministro — disse.

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Benedito de Lira (PP-AL) trataram como preconceito as críticas aos investimentos no Nordeste.

Para Valadares, a decisão de construir barragens em Pernambuco foi acertada e evitará tragédias como a que ocorreu em 2010 nesse estado e em Alagoas.

Rollemberg citou repasses de verbas a estados como Rio de Janeiro e São Paulo, em outras ações do ministério que não as de prevenção, para exemplificar o equilíbrio na distribuição. Benedito afirmou que é preciso investir ainda mais no Nordeste.

Armando Monteiro (PTB-PE) avaliou que Bezerra respondeu às denúncias de forma serena e esclareceu as dúvidas levantadas nos últimos dias.

Sem abordar as denúncias, Blairo Maggi (PR-MT) cobrou verbas de emergência para Mato Grosso. Ana Amélia (PP-RS) lamentou a demora na liberação de recursos para alguns municípios.

— Em acidentes climáticos no ano passado, muitos municípios com toda a documentação elaborada não receberam nenhum tostão — afirmou.

Deputados questionam ações da pasta

Vários deputados participaram da oitiva ao ministro Fernando Bezerra, como Rodrigo Maia (DEM-RJ), que criticou a baixa execução orçamentária para obras de prevenção a desastres naturais e a gestão da presidente Dilma Rousseff.

Segundo o líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP), em 2010, Dilma disse que o Brasil não esperaria as próximas chuvas “para chorar mais vítimas”, mas, segundo ele, o governo só age com paliativos.

Rubens Bueno (PPS-PR) disse que os investimentos em prevenção subiram pouco. Bezerra respondeu que as 56 cidades de maior risco foram mapeadas, o que “está poupando vidas”.

Vários deputados defenderam o ministro. O líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), negou as acusações de nepotismo. Segundo ele, Bezerra queria que o irmão deixasse a presidência da Codevasf.

Alvaro vê sinais “evidentes” de favorecimento



Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ao ministro Fernando Bezerra que são “evidentes” os sinais de favorecimento no Ministério da Integração Nacional. Bezerra negou qualquer espécie de favorecimento

na liberação de recursos, reiterando que todas as ações do ministério obedecem a critérios técnicos. Os empenhos feitos em favor do estado de Pernambuco representariam, na verdade, 44% do total.

Para o senador, a distribuição de recursos na pasta obedece a critérios políticos determinados pelo Palácio do Planalto.

Humberto Costa nega “fogo amigo” do PT nas denúncias



Em defesa de Fernando Bezerra, Humberto Costa (PT-PE) afirmou que, no balanço global dos investimentos, o ministro teria agido com equidade, atendendo às necessidades de todas

as regiões. Quanto a suposto empenho do governo na defesa apenas de ministros petistas envolvidos em denúncias, Humberto citou que Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, esteve no Congresso em 2011 para responder a acusações de envolvimento no escândalo da compra de dossiês durante as eleições de 2006.

Renan diz que PMDB apoia titular da Integração Nacional



Em nome do PMDB, partido do qual é líder no Senado, Renan Calheiros (AL) ofereceu apoio ao ministro Fernando Bezerra. O senador elogiou a atuação do ministro ao

longo de toda a sua vida pública e disse ter sido acertada a decisão do governo de construir barragens em Pernambuco.

— A expectativa que todos nós temos com essa decisão técnica é que se resolvam definitivamente os problemas que afetaram em 2010, tristemente, os estados de Alagoas e de Pernambuco.